

A redução da dimensão ética nas organizações

por Maurício Serafim e Pedro Bendassolli

RESUMO: À luz da obra do sociólogo brasileiro Alberto Guerreiro Ramos, este artigo pretende expor o que o autor denominou de síndrome comportamentalista, considerado um reduccionismo psicológico inerente à sociedade centrada no mercado e que, segundo o autor, enforma as bases psicológicas das atuais teorias organizacionais. Possui como traços principais, a fluidez da individualidade, o perspectivismo, o formalismo e o operacionalismo. Argumenta-se que enquanto os indivíduos estiverem sob as influências que mantêm atuando tal síndrome, haverá pouca oportunidade para a reativação da capacidade de reflexão ética do indivíduo. Portanto, pretender que a ética nas empresas seja possível requer a superação da síndrome comportamentalista, de modo que o indivíduo passe do estado de passividade, gerado pela síndrome, para um estado ativo e deliberativo, requerido para uma ação ética.

Palavras-chave: Ética nas Empresas, Síndrome Comportamentalista, Guerreiro Ramos, Teoria das Organizações

TITLE: The loss of the individual's ethical capacity in the organizations

ABSTRACT: To the light of the Brazilian sociologist's work Alberto Guerreiro Ramos, this article intends to expose what the author denominated of behaviorist syndrome, considered an inherent psychological reductionism to the society centered at the market and that, according to the author, they are the psychological bases of the current organizational theories. It possesses as main lines the fluidity of the individuality, the perspectivism, the formalism and the operationalism. I argue that while the individuals are under the influences that maintain acting such syndrome, there will be little opportunity for the reactivation of the capacity of the individual's ethical reflection. Therefore, if we intend that the ethics in the organization is necessary, it requests transcend the behaviorist syndrome, in order the individual passes from the passivity state for an active and deliberative one.

Key words: Business Ethics, Behaviorist Syndrome, Guerreiro Ramos, Organization Studies

TÍTULO: A reducción de la dimensión ética en las organizaciones

RESUMEN: A la luz de la obra del sociólogo brasileño Alberto Guerreiro Ramos, en este artículo se pretende presentar lo que el autor denomina síndrome de comportamiento, considerado un reduccionismo psicológico inherente a la sociedad orientada hacia el mercado, y que, según el autor, da forma a la base psicológica de las teorías actuales de la organización. Tiene como características principales, la fluidez de la individualidad, el perspectivismo, el formalismo y el operacionalismo. Se argumenta que mientras que los individuos están bajo las influencias que mantienen actuando este síndrome, hay pocas oportunidades para la reactivación de la capacidad de la reflexión ética del individuo. Así que se pretendemos que la ética en las empresas sea posible requiere superar el síndrome de comportamiento, de modo que el individuo pase del estado de pasividad, generado por el síndrome, a un estado activo y deliberativo, necesarios para una acción ética.

Palabras-clave: Ética en las Empresas, El Síndrome de la Conducta, Guerreiro Ramos, Teoría de las Organizaciones

A situação da ética na atualidade pode ser comparada com o enfraquecimento e perda de uma língua. Pense-se, por exemplo, no latim, cujo grande público não tem mais acesso, alguns sequer sabendo que ela foi a língua falada por um dos mais poderosos impérios da Antiguidade. Hoje praticamente apenas os especialistas conhecem e ocupam-se do latim. Em nossa perspectiva, algo semelhante ocorre com a ética.

É importante salientar que a ética de que se fala é a ética como consideração prática e presença relevante no mundo, e não como tema de estudos filosóficos (ética filosoficamente pensada). Enquanto a primeira nunca deixou de estar presente na História das disciplinas filosóficas, a segunda praticamente desapareceu do cotidiano. Em vista disso, a análise da obra de Guerreiro Ramos (1989) parece ser uma luz ao entendimento desse fenômeno.

Com o presente artigo, pretendemos expor o que Guerreiro Ramos denominou de «síndrome comportamentalista», cujas características estão inerentes à sociedade centrada no mercado, e que possui como traços principais a fluidez da individualidade, o perspectivismo, o formalismo e o operacionalismo. A relevância do estudo desse tema é a sua importância para a compreensão dos atuais dilemas acerca

da pensabilidade da ética nos espaços organizacionais. Grande parte de tais dilemas é oriunda do reducionismo – proporcionado pela síndrome – das bases psicológicas das atuais teorias organizacionais. Finalizamos o artigo com a proposta de uma nova redução da perspectiva ética nas organizações – um prolongamento ou aprofundamento da síndrome comportamentalista e a obsessão pelo desempenho.

Comportamento e ação

Antes de adentrar propriamente nas características da síndrome comportamentalista, Guerreiro Ramos faz algumas ressalvas. Uma delas é uma proposta de distinção entre comportamento e ação¹. Esquemáticamente se pode agrupar da forma como apresentamos no Quadro (ver p. 48).

Guerreiro Ramos faz uma reflexão sobre a origem do termo comportamento, o qual data do final do Séc. XV e significava conformidade a ordens exteriores. Observa que essa categoria não perdeu seu significado original, fato que geralmente é negligenciado porque «[...] a conformidade a critérios de gregarismo socialmente estabelecidos foi transformada em padrões de moralidade humana em geral» (Ramos, 1989, p. 51). Assim, o curso das ações dos seres

Maurício C. Serafim

serafim.esag@gmail.com

Doutor em Administração de Empresas (FGV-EAESP, Brasil). Professor e Pesquisador do Departamento de Administração Pública da Escola Superior de Administração e Gerência da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Possui experiência acadêmica nas áreas de Administração e Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: estudos organizacionais, empreendedorismo, sociologia econômica, capital social e ética nas organizações.

PhD in Management (FGV-EAESP). Lecturer and Researcher of the Program of Masters Degree in Management of the University of the South of Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brazil. He has academic experience in the areas of Administration and Sociology, working mainly in the following fields: organizational studies, entrepreneurship, economic sociology, social capital and business ethics.

Doctorado en Administración de Empresas (FGV-EAESP, Brasil). Profesor e Investigador del Departamento de Administración Pública da Escola Superior de Administração e Gerência de la Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Tiene experiencia académica en las áreas de Administración y Sociología, actuando principalmente en los siguientes: estudios organizacionales, emprendedorismo, sociología económica, capital social e ética en las organizaciones.

Pedro F. Bendassolli

pedro.bendassolli@fgv.br

Pós-Doutor em Administração de Empresas (Universidade Paris-IX, Dauphine, França). Professor da FGV-EAESP e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista, SC, Brasil. É autor ou editor de cinco livros e tem publicado artigos científicos nas áreas da psicologia aplicada e dos estudos organizacionais. Atualmente, a sua pesquisa inclui o significado do trabalho e as indústrias criativas.

Post-Doctoral degree in Management (University of Paris IX, Dauphine, France). Lecturer of organizational behaviour and human resources management at FGV-EAESP. He authored or edited five books and published several papers in the fields of applied psychology and organization studies. Currently, his research interests include the meaning of work and the creative industries.

Posdoctorado en Administración de Empresas (Universidade Paris-IX, Dauphine, França). Profesor de la FGV-EAESP y en el Programa de Postgrado en Psicología de la Universidade Estadual Paulista, SC, Brasil. Es autor o ha editado de cinco libros y tiene publicados artículos científicos en las áreas de psicología aplicada y de los estudios organizacionales. Actualmente, en sus investigaciones incluye el significado del trabajo y las industrias creativas.

Recebido em Setembro de 2008 e aceite em Setembro de 2009.

Received in September 2008 and accepted in September 2009.



Quadro Distinção entre o comportamento e ação

CONDUTA	
Comportamento	Ação
Forma de conduta que se baseia na racionalidade funcional ou na estimativa utilitária de conseqüências (o que o ser humano tem em comum com outros animais)	Própria de um agente que delibera sobre coisas porque está consciente de suas finalidades intrínsecas
Categoria mais importante: conveniência	Categoria mais importante: padrão substantivo de conduta
Desprovido de conteúdo ético de validade geral	Constitui uma forma ética de conduta (universalizável)
Ditada por imperativos exteriores (conduta mecanomórfica)	Reconhece o valor intrínseco das finalidades
Pode ser avaliado como funcional ou efetivo e inclui-se, completamente, num mundo determinado por causas eficientes ²	Ser humano age, toma decisões e faz escolhas porque causas finais influem no mundo em geral e não apenas causas eficientes

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos fundamentos apresentados por Guerreiro Ramos.

humanos não é mais pautado pelo senso comum substantivo e, dessa forma, «[...] o indivíduo tornou-se uma criatura que se comporta» (Ramos, p. 51).

Guerreiro Ramos (1989, p. 52) assim define a síndrome comportamentalista: «[...] é uma disposição socialmente condicionada, que afeta a vida das pessoas quando estas confundem as regras e normas de operação peculiares a sistemas sociais episódicos com regras e normas de sua conduta como um todo». Complementa essa definição com a afirmação que a síndrome comportamentalista é uma «[...] ofuscação do senso pessoal de critérios adequados de modo geral à conduta humana». Em outras palavras, há a perda da autonomia do indivíduo.

O autor salienta que a síndrome surgiu como uma conseqüência de um esforço histórico para modelar uma ordem social de acordo com critérios de economicidade. Nessa

linha, a síndrome comportamentalista é uma deturpação da noção substantiva de conduta humana, tornando-se característica básica das sociedades contemporâneas, que são a «[...] culminação de uma experiência histórica, a esta altura já velha de três séculos, que tenta criar um tipo nunca visto de vida humana associada, ordenada e sancionada pelos processos auto-reguladores de mercado» (Ramos, 1989, p. 52). Em nossa época, o indivíduo teria ganhado uma ilusória melhoria material e perdido em troca o senso pessoal de auto-orientação. Para Guerreiro Ramos, a falta de regulação política do mercado originou a organização de um tipo de vida humana associada, cuja interação se dá apenas por meio dos interesses individuais.

Assim, o autor rejeita as premissas psicológicas da teoria de organização atual, por achar que esta toma por paradigma padrões existentes nas organizações de uma sociedade que não passa de um mero acidente na história, ou seja, confunde «o que é» com «o que deveria ser»³.

Aqui se pode afirmar, por paráfrase, que Ramos denuncia a falácia naturalista, termo cunhado pelo filósofo G. Moore (1980) e usado para dizer que aqueles que tinham uma ética derivada da idéia de que normas podem ser tiradas de fatos, ou seja, que o «dever ser» pode ser tirado do «ser», podem estar cometendo um erro, pois não há um vínculo no qual se pode apostar com tanta certeza em inferências deste tipo⁴.

Dessa forma, para Guerreiro Ramos, só a deliberação dos membros da sociedade em busca de um padrão ético substantivo na vida humana associada é que pode servir de base para a vida social, e nunca os processos auto-reguláveis de mercado ou qualquer outro critério de caráter episódico.

Alicerces da síndrome comportamentalista

Guerreiro Ramos prossegue analisando quatro fatores fundamentais na síndrome comportamentalista, quais sejam: a fluidez da individualidade, o perspectivismo, o formalismo e o operacionalismo.

A fluidez da individualidade (perda de caráter do indivíduo) se refere a uma síndrome psicológica da sociedade

capitalista, que remete a Montaigne e sua visão da natureza humana como inconstante e em contínua transição. Para Guerreiro Ramos, a fluidez da individualidade origina-se da forma de representação como a sociedade capitalista se legitima. Outras sociedades, anteriores e/ou não-ocidentais, basearam-se na noção de que havia uma ordem coerente no universo e que a comunidade humana era parte dela. Já a sociedade moderna «[...] não se reconhece como miniatura de um cosmos maior, mas como um contrato amplo entre seres humanos. Assim, a conduta humana se conforma a critérios utilitários que, a seu turno, estimulam a fluidez da individualidade» (Ramos, 1989, p. 54). O autor cita Hobbes para afirmar que, nessa sociedade, o bom e o mau são convenções e a imparcialidade substitui a verdade. Assim, o bom cidadão obedece a prescrições externas, sendo incapaz de ação, apenas de comportamento, já que não delibera livremente.

Haveria, assim, uma fé errônea na absoluta transitoriedade das coisas. Apoiando-se em Whitehead, Guerreiro Ramos explica que não é concebível a mudança pela mudança, o fluxo do nada para o nada. A idéia de fluxo de Whitehead é de que o caráter da realidade é composto por organismos cuja essência ou padrão permanece por meio do fluxo das coisas, resultado de causas eficientes e finais. Assim, para mudar é preciso antes ser. Para Guerreiro Ramos, a origem dessa noção generalizada de transitoriedade está em parte na ciência a partir do Séc. XVII, que vê o universo como partículas em movimento. Por outro lado, essa noção seria também fruto da «interiorização acrítica, pelo indivíduo, da auto-representação da sociedade moderna»⁵. Isso levaria a uma busca pessoal da satisfação de desejos ilimitados, a qual seria vã e geraria uma forma de individualidade que acaba, segundo o autor, em narcisismo. Conclui afirmando que, quando a condição humana é classificada apenas como social, a fluidez da individualidade é inevitável.

O perspectivismo, por seu lado, se refere à compreensão por parte do indivíduo de que sua conduta, e a dos outros, é afetada por uma perspectiva. É na sociedade moderna que o indivíduo se dá conta desse fato, gerando «um tipo peculiar de conduta, que merece ser referida como comportamento, e para se comportar bem, então, o Homem só tem

que levar em conta as conveniências exteriores, os pontos de vista alheios e os propósitos em jogo» (Ramos, 1989, p. 57).

Guerreiro Ramos faz menção à introdução das leis a partir da perspectiva do objeto de investigação científica formal, no Séc. XV, para afirmar que «[...] na esteira da revolução comercial e industrial, a perspectiva deveria se tornar, cada vez mais, uma categoria sistemática de trabalho artístico, assim como uma característica da conduta humana em geral» (Ramos, 1989, p. 57). Analisando o advento do mercado de arte na Itália no Séc. XVI, o autor afirma que é ele a força geradora subjacente da visão perspectivista da vida humana associada. Essa visão teria influenciado a teoria política de Maquiavel, na qual a conduta humana é despojada de substância ética e a política é um cálculo de consequências habilmente a serviço de interesses⁶.

Maquiavel é um dos primeiros pensadores a perceber os padrões motivadores imanentes de uma sociedade centrada no mercado, na qual «não apenas os príncipes, mas igualmente os homens comuns, têm o direito de pôr de lado os padrões morais das boas ações, na perseguição dos interesses pessoais.

Para Guerreiro Ramos, Maquiavel é um dos primeiros pensadores a perceber os padrões motivadores imanentes de uma sociedade centrada no mercado, na qual «não apenas os príncipes, mas igualmente os homens comuns, têm o direito de pôr de lado os padrões morais das boas ações, na perseguição dos interesses pessoais [...]. Tais padrões em geral e o perspectivismo em particular tornaram-se os padrões normativos da conduta humana» (Ramos, 1989, p. 58).

Em terceiro lugar, o formalismo se refere à «[...] observância das regras (de comportamento social) que substitui a preocupação pelos padrões éticos substantivos» (Ramos, 1989, p. 59), fundamentando-se na aparência perante os outros, dissociando-se do bem comum e caracterizada pela conduta humana que se tornou externamente orientada. Absorvendo uma realidade sem atitude crítica, exposto a um mundo infiltrado de relativismo moral, o sujeito é uma criatura fluida, comportando-se de



acordo com o papel da conveniência, e não uma individualidade consistente.

Guerreiro Ramos analisa autores como Adam Smith, Castiglione e Aristóteles para explicar que, nas sociedades modernas, «[...] o homem não age, propriamente, mas comporta-se, i.e., é inclinado a se conformar com as regras eventuais de aprovação social» (Ramos, 1989, p. 62). O bom homem, nesse caso, é aquele que se torna competente em gerência das impressões⁷. A legitimação dessa conduta humana, para Guerreiro Ramos, é o postulado básico da ciência do comportamento, focada em seus processos e não em sua substância.

Finalmente, o operacionalismo se refere à posição de que apenas as normas inerentes ao método de uma ciência natural de características matemáticas são adequadas para a validação e a verificação do conhecimento. Isso significa dizer que é considerado conhecimento apenas o que se pode fisicamente medir e avaliar. Para Guerreiro Ramos, o operacionalismo é uma característica da síndrome comportamentalista, permeado de uma orientação controladora do mundo e de uma recusa de reconhecer às causas finais qualquer papel na explicação do mundo físico e social. Nesse raciocínio, o problema da ordem nos negócios humanos admite apenas uma solução mecânica.

E prossegue: «uma vez que as noções de bem e de mal, e todas as virtudes e sentimentos pertencentes ao domínio da ética, assumem o caráter de qualidades secundárias, o planejamento de uma boa sociedade equivale ao planejamento mecânico, em que os indivíduos são engrenados, por instigações exteriores, para suportar as regras de conduta necessárias para manutenção da estabilidade desse sistema» (Ramos, 1989, p. 64).

Nessa linha, autores operacionalistas como Hobbes ainda possuem forte influência na teoria das organizações e, por outro lado, há uma forte visão do mundo como um encadeamento de causas e conseqüências, no sentido mecanomórfico. Esse tipo de visão, segundo Ramos, além de deturpar a identificação do útil⁸ com o verdadeiro, limita a criatividade e a liberdade de ação no mundo.

Guerreiro Ramos conclui afirmando que os traços básicos da síndrome comportamentalista – a fluidez da individualidade, o perspectivismo, o formalismo e o operacionalismo –

«[...] são o credo não enunciado de instituições e organizações que funcionam na sociedade centrada no mercado» (Ramos, 1989, p. 67). Na sociedade atual, principalmente nas organizações, a grande maioria dos indivíduos interioriza inconscientemente a síndrome comportamentalista, transformando-a numa segunda natureza, ou seja, a síndrome é reproduzida quase que instintivamente. Isso acontece pelo fato de as organizações serem sistemas cognitivos, cujos membros introjetam seus pressupostos.

A teoria administrativa está submissa por sempre buscar uma generalização teórica para todas as organizações, tendo como parâmetro fundamental um tipo particular de organização, a organização econômica ou empresa.

O autor afirma ainda que a teoria administrativa existente, por estar ela mesma submissa a esses mesmos traços básicos, não poderá ajudar o ser humano a superar essa situação. Ao analisar a base psicológica da teoria que denuncia, Ramos entende que ela está submissa por sempre buscar uma generalização teórica para todas as organizações, tendo como parâmetro fundamental um tipo particular de organização, a organização econômica ou empresa. Tomando-a como um sistema normativo e cognitivo geral, obscurecem-se outras dimensões, como a dimensão social e política, inexoráveis para que o indivíduo tenha condições de agir eticamente. Mesmo em uma empresa tradicional, a dimensão econômica não é a única a existir pelo fato de que, concretamente, todas as organizações são sistemas mistos.

Ética do comportamento e ética da ação

A obra de Ramos dista exatos vinte e oito anos e, neste ponto, podemos nos perguntar sobre qual o alcance do poder de explicação da «síndrome comportamentalista» na atualidade, especialmente sobre nossa compreensão da ética nas organizações. Para responder a esta questão, devemos explorar algumas relações entre os conceitos de ação e de ética.

Ramos, como vimos, parte da distinção entre ação e comportamento. Enquanto o primeiro conceito remete à idéia de

um sujeito reflexivo, capaz de autodeterminação e ponderação sobre questões morais, o segundo enfatiza as determinações normativas do ambiente. Também conforme pontuado por Ramos, parece ser esse segundo conceito o que está por detrás da ciência psicológica das organizações. De fato, a ciência administrativa, que nasceu em solo americano no início do século passado, foi amparada pelas ciências comportamentais, também na tradição norte-americana do início do mesmo século.

Em linhas bem amplas, tais ciências partem do princípio de que o ambiente condiciona os comportamentos – vistos como «ações» no sentido estrito do termo, i.e., movimentos, alterações, deslocamentos etc., exercidos materialmente sobre aquele mesmo ambiente – em resposta a ele, a seus «estímulos». A matriz das ciências psicológicas ditas comportamentais implica, de um lado, a negação radical de qualquer interioridade e capacidade cognitiva-reflexiva do sujeito e, de outro, a dependência e retificação do método hipotético-dedutivo concebido na tradição positivista e pós-positivista.

Na perspectiva comportamental, ela própria amplamente criticada, sobretudo graças às novas abordagens propostas em solo europeu (por exemplo, na psicologia social europeia) e mesmo no movimento cognitivista norte-americano a partir dos anos de 1950, a ética é reduzida a relações entre causa e efeito. Como consequência, essa visão extirpa um princípio fundamental de qualquer pensamento ético: a pressuposição de um sujeito moral capaz de, autonomamente, deliberar sobre sua própria ação. Daí que a ação, na visão de Ramos, remete a uma espécie de «comportamento pensado», e não simplesmente à reação diante de estímulos (causas) ambientais.

A ação é, na verdade, um agir. Provavelmente, apenas os humanos conseguem agir no sentido de colocar no mundo uma ação que é reflexiva, ou seja, pré-ensaiada no espaço de sua «subjetividade» (interioridade). A ação remete a duas dimensões fundamentais da ética: o sujeito e o significado. Várias tradições filosóficas ocuparam-se do sujeito, desde a que se iniciou em Platão, passando por Descartes e culminando em Kant, até outras que assumiram uma postura radicalmente crítica em relação ao sujeito (e à ética), como a encontrada em Nietzsche, Foucault, Derrida, por exemplo.

Na primeira tradição, o sujeito é uma instância fundante do conhecimento. Adicionalmente, como nos mostrou Kant, além de conhecer, o sujeito também tem o dever como um princípio ético. O sujeito é aquele que, ao receber os dados imediatos da experiência, consegue transcendê-los pelo entendimento. Para Kant, a ética é um conjunto de regras absolutas às quais o sujeito deve responder, independentemente das consequências. Trata-se aqui de um sujeito racional, sendo sua ação submetida a um sentido de justiça, de obrigatoriedade, a uma perspectiva deontológica (Ricoeur, 1995).

Já na segunda tradição, especialmente a materializada em Foucault (1994; 2006), a ética diz respeito, em primeira instância, à relação do indivíduo consigo mesmo, uma ética da excelência, das «práticas de si», da superação de si. Em Foucault, conforme diz Deleuze (2004), a ética implica em um processo de contínua construção de si mesmo por parte do sujeito, de confronto com toda a força de assujeitamento, que atribui ao sujeito uma identidade fixa e imutável, em suma, no dizer de Ramos, que reduz a um conjunto de comportamentos. Nessa segunda perspectiva, retoma-se a perspectiva teleológica da ética, a preocupação em se viver uma vida boa, orientada para um fim de ordem «superior».

Em síntese, essas duas tradições sobre o sujeito e sobre a ética separam três perspectivas ainda bastante influentes sobre o tema: a ética como moral, ou seja, o código – valores e regras de ação propostas aos indivíduos por meio de dispositivos prescritos; a moralidade do comportamento, que diz respeito aos comportamentos reais dos indivíduos em relação àquele código (o que pode levar à resistência ou à submissão); e a ética como constituição de si, como um sujeito moral – o que pressupõe ou permite distintas formas de conduzir-se moralmente.

Essa última ética é aquela que entendemos estar pressuposta na crítica feita por Ramos (1989) à síndrome comportamentalista, dado que esta última pressupõe meramente um sujeito passivo, colado ao código e capturado, pelo imaginário organizacional (Enriquez, 1997), por um código prescrito, de cunho cientificista e reificador.

Na «ética comportamentalista», se assim a podemos chamar – dado que, a rigor, deveríamos falar de uma «moral comportamentalista» –, o significado é reduzido a uma



dimensão puramente instrumental. Em termos psicológicos, trata-se de uma estrutura de significação reificada, imaginária – o sujeito não produz seus próprios significados ou nem sequer se posiciona criticamente diante dos significados recebidos: ele se limita a copiá-los, a usá-los como «muletas» imaginárias para explicar suas próprias angústias, seus dilemas internos, como também as próprias contradições externas encontradas no tecido social das organizações (Pagès, 1998).

Há um novo reducionismo nas organizações, a saber: a redução dos comportamentos à idéia de desempenho. O sujeito é mais uma vez reificado e agora transformado em uma unidade de desempenho, o qual é julgado e valorado pelo quanto gera de resultado (econômico, fundamentalmente). Nesse campo, a ética é um fator meramente acessório.

Já na ética da ação, como propomos chamá-la aqui, o significado está intrinsecamente ligado ao que se denominam de processos de subjetivação, à construção do si mesmo no confronto com o mundo. Aqui, o processo de «dar significado» é fundamental, pois se aceita que ele está na base da ação humana, estando ligado à linguagem, aos processos de interação e à intersubjetividade (Spink, 2000). A ética se inscreve então numa perspectiva reflexiva (Giddens, 1991), dialógica (Bakhtin, 1993). Inscreve-se também na perspectiva da responsabilidade (Ricoeur, 1995): o sujeito moral como responsável por seus atos, responsável por realizar um julgamento de valor sobre suas ações no Mundo, junto com outras pessoas.

Na ética comportamentalista, a sociedade (ou o coletivo social) impõe uma versão de caráter coercitivo do que é o comportamento moral esperado ou adequado. No campo das organizações, é a cultura da empresa que estabelece as regras intransigentes sobre quais se esperam certos comportamentos. Avançamos a hipótese de que, na atualidade, não só as premissas e reflexões de Ramos (1989) são atuais como iluminam nossa compreensão sobre um novo reducionismo nas organizações, a saber: a redução dos comportamentos à idéia de desempenho.

O sujeito é mais uma vez reificado e agora transformado

em uma unidade de desempenho, o qual é julgado e valorado pelo quanto gera de resultado (econômico, fundamentalmente). Nesse campo, a ética é um fator meramente acessório, como nos programas de «qualidade de vida» (que visam melhorar as condições de trabalho), nos de «justiça organizacional» (que buscam «matematizar» as causas e os fatores moderadores da percepção de justiça por parte dos empregados), e nos inúmeros programas de «ética no trabalho» – na verdade, simples manuais de como se comportar para se dar bem no trabalho ou para manter o coletivo de trabalho minimamente integrado para propósitos de produtividade.

Conclusões

O mercado, como um ente psicossociológico, pode ser considerado como a categoria ordenadora de praticamente todas as esferas ou espaços de existência da vida humana associada. Com a sua racionalidade característica – a instrumental ou funcional – confunde o ser humano multidimensional, dotado de suas dimensões políticas, sociais e físicas, com o ser humano unidimensionalizado, cujo interesse é a satisfação de seus desejos. Dessa forma, provoca influências desfiguradoras da vida humana como um todo, como a síndrome comportamentalista.

Enquanto os indivíduos, em geral, continuarem sucumbindo à persuasão, às pressões e às influências que mantêm tal síndrome atuando, haverá pouca oportunidade para a reativação da capacidade de reflexão ética do indivíduo, deixando-o sem um «piso firme» que seja metassocial. Portanto, pretender que a pensabilidade da ética nas organizações seja possível requer a superação da síndrome comportamentalista, de modo que esse ser passivo, que se comporta, torne-se um ser ativo, que delibera para a responsável determinação do caráter ético de sua conduta. No entanto, isso não significa que basta uma ação voluntariosa do indivíduo, do seu livre arbítrio, para que se realize tal superação.

Como vimos, a ética inclui duas dimensões essenciais: uma processualista, calcada na perspectiva da justiça (moralidade associada ao código), e outra teleológica, inspirada pela idéia do bem, da condução de uma vida boa. Dizer que apenas a ação voluntariosa constitui a ética seria desprezar a outra dimensão que a liga ao mundo, a sua

dimensão por assim dizer legal. A ética comportamentalista, ou síndrome, como a denomina Ramos (1989), extirpa justamente a dimensão constituinte da ética, tal como ilustrada pelas idéias de Foucault, como vimos.

Nesta última perspectiva, dado um enquadre legal, moral ou codificado (critérios de justiça e legalidade – no caso das organizações, dos códigos instituídos em sua estrutura de poder e em sua estrutura simbólica, cultural), pode-se dizer que o indivíduo é lançado em uma perspectiva genuína e verdadeiramente ética quando ele, confrontado consigo mesmo, com as questões internas sobre como conduzir sua vida na multiplicidade de opções que lhe são possíveis, age como um sujeito reflexivo, construtor de significado e capaz de responsabilizar-se por eles, tanto face a si mesmo como também face aos outros, i.e., face à intersubjetividade.

Os estudos e as teorias administrativas não podem admitir como ponto de partida que os seres humanos são individualidades fluídas, moldáveis com cursos e treinamentos, principalmente ao se falar de ética. Recorrer aos pressupostos do formalismo, do perspectivismo e do operacionalismo, analisados por Ramos (1989), impossibilitará uma abordagem suficientemente abrangente do ser humano, de modo a abarcá-lo integralmente e a considerá-lo como um ser organizacional apenas episodicamente. Isso significa atentar para o fato de que o indivíduo possui a capacidade ética e que ela deve ser levada em conta nas formulações teóricas. E mais: acatar os pressupostos da síndrome comportamentalista também incapacitará uma abordagem suficientemente abrangente das organizações como espaços em que é possível o agir ético.

Essas considerações levam a uma pergunta: quais espaços e situações é preciso criar para não sucumbir à síndrome comportamentalista? E como construí-los? Como manter a tensão necessária, em qualquer empreendimento ético, entre dimensões procedimentais (justiça), codificadas, em suma, morais, e a dimensão estética, reflexiva, criativa e livre do sujeito?

Este artigo não teve a pretensão de começar a tentativa de propor alguma resposta. Teve a pretensão apenas de destacar o modo como a ética vem sendo mutilada no pensamento organizacional moderno e seu efeito negativo sobre a possibilidade do indivíduo agir eticamente nas orga-

nizações. Contudo, e para fechar com Guerreiro Ramos, este nos diz que o ponto de partida para alguma proposta que venha a ser sugerida deve ter como critério a razão lúcida, e não apenas a racionalidade funcional ou instrumental, como foi batizada uma de suas faculdades tomada como o todo.

Um ponto final importante para a reflexão é sobre os limites internos às próprias organizações – e às teorias organizacionais – para fundar um espaço de ética em sociedades pós-moralistas, ou seja, em um momento em que as grandes instâncias universais de doação de sentido parecem esfalçar-se rumo a um individualismo de tipo infra-político. ■

Notas

1. Proposta análoga se encontra em Arendt (1983). A autora apresenta a distinção entre *fazer* e *agir*.

2. Na filosofia moderna se admite duas causas: a eficiente (a causalidade propriamente dita como relação entre a causa e seu efeito direto) e a final, para os seres dotados de vontade livre, pois esta sempre age tendo em vista fins.

3. «Essa ciência trata de socialização, de aculturação e de motivação como se padrões do bem fossem inerentes a uma tal sociedade. Em vez disso, deve ser compreendido que todas as sociedades são menos do que boas; apenas o ser humano é bom. O bom homem, por sua vez, nunca é um ser inteiramente socializado; é antes um ator sob tensão, cedendo ou resistindo aos estímulos sociais, com base em seu senso ético» (Ramos, 1989, p. 52).

4. Atentar para a epígrafe que abre o livro **A Nova Ciência das Organizações**: «Nada é mais censurável do que deduzir as leis que determinam aquilo que deveria ser feito daquilo que é feito, ou impor a tais leis os limites a que se circunscreve aquilo que é feito» (Kant, **Crítica da Razão Pura**).

5. «Que se define como um precário contrato entre indivíduos que maximizam a utilidade, na busca da felicidade pessoal, entendida como uma busca de satisfação de uma interminável sucessão de desejos» (Ramos, 1989, p. 56).

6. «O príncipe precisa ser instruído sobre a perspectiva do governante para preservar e aumentar seus bens. Precisa compreender a perspectiva do cidadão comum para enganá-lo. O príncipe precisa ter sensibilidade para os imperativos cênicos, isto é, ser virtuoso por fingimento e capaz de induzir os cidadãos a serem bons através do sábio exercício da crueldade» (Ramos, 1989, p. 58).

7. Em contraposição, o bom homem enfatizado por Aristóteles é guiado, sobretudo, «pelo que aqui se qualifica como razão substantiva, comum a todos os homens, em qualquer momento e em qualquer lugar, e que não deve ser considerada coincidente com padrões particulares de qualquer sociedade determinada» (Ramos, 1989, p. 61).

8. «Utilidade é uma noção cheia de ambigüidade ética. Em si mesmo, aquilo que é útil pode ser tanto eticamente sadio quanto eticamente errado no domínio social e, desse modo, o papel do operacionalismo em ciência social deveria ser eticamente qualificado. Isso é precisamente o que Hobbes e os cientistas sociais convencionais, de modo geral, deixam de fazer. Despojaram a utili-

dade de seu caráter eticamente ambíguo, legitimando como normas gerais aquilo que é útil ao sistema social para o controle dos seres humanos que dele participam. Ainda mais uma vez, é evidente a afinidade entre o operacionalismo e a síndrome comportamentalista» (Ramos, 1989, p. 65).

Referências bibliográficas

- ARENDRT, H. (1983), **A Condição Humana**. Forence-Universitária, Rio de Janeiro, Brasil.
- BAKHTIM, M. M. (1993), **Toward a Philosophy of the Act**. University of Texas Press, Austin, EUA.
- DELEUZE, G. (2004), **Foucault**. Minuit, Paris, França.
- ENRIQUEZ, E. (1997), «O indivíduo preso na armadilha da estrutura estratégica». *Revista de Administração de Empresas*, vol. 37, n.º 1, pp. 18-29.
- FOUCAULT, M. (1994), **Histoire de la Sexualité: Le Souci de Soi**. Gallimard, Paris, França.
- FOUCAULT, M. (2006), **Ditos e Escritos: Ética, Sexualidade e Política**. Forence, São Paulo, Brasil.
- GIDDENS, A. (1991), **Modernity and Self Identity**. Polity Press, Cambridge, Reino Unido.
- MOORE, G. E. (1980), **Princípios Éticos**. Abril Cultural, São Paulo, Brasil.
- PAGÈS, M. (1998), **L'Emprise de l'Organisation**. Desclée de Brouwer, Paris, França.
- RAMOS, A. G. (1989), **A Nova Ciência das Organizações**. FGV, Rio de Janeiro, Brasil, pp. 50-68.
- RICOEUR, P. (1995), **Le Juste**. Esprit, Paris, França.
- SPINK, M. J. (2000), «A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica». *Psico*, vol. 31, n.º 1, pp. 7-22.
- ZAJDSZNAJDER, L. (1999), **Ética, Estratégia e Comunicação na Passagem da Modernidade à Pós-Modernidade**. FGV, Rio de Janeiro, Brasil.

CHAOTICS
VENCER EM TEMPO DE

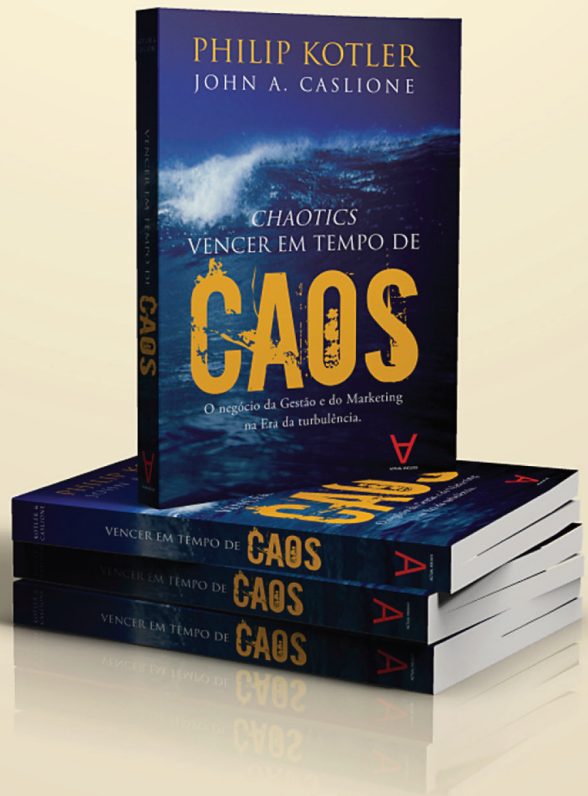
CAOS

O negócio da Gestão
e do Marketing na Era da Turbulência.

PHILIP KOTLER
JOHN A. CASLIONE



ACTUAL EDITORA



www.actualeditora.com